

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal da Tarde

CLASS. : 194

DATA : 14 08 87

PG. : _____

190

Indios: uma CPI para investigar as denúncias.

Por iniciativa do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o Congresso Nacional irá criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito mista, "para apurar as denúncias que estão sendo formuladas pelo jornal O Estado de S. Paulo, referentes a uma conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional sobre a região amazônica, sob o pretexto de preservar as culturas das etnias silvícolas, a ecologia e as riquezas minerais do subsolo daquela região".

A CPI terá 17 membros, entre deputados e senadores, e um prazo de 120 sessões para o seu funcionamento. Entre os 188 signatários do requerimento de Cardoso Alves (da direção nacional peemedebista), estão os líderes do PTB, deputado Gastone Righi (SP), e do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), os deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Ricardo Izar (PFL-SP), além de parlamentares das diversas facções da Câmara e Senado.

No setor militar, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, aplaudiu mais uma vez as denúncias de O Estado, afirmando que o problema é muito mais grave do que se imagina: "Já sabíamos disso, mas se

falássemos iam nos acusar de estar tentando ocupar militarmente a Amazônia".

Segundo o ministro, através da emenda de soberania restrita, apresentada ontem pelos índios yanomamis, "a pretensa reserva indígena poderia ser futuramente declarada território independente, imediatamente reconhecido por qualquer governo estrangeiro". Acrescentou que os yanomamis, "uma nação em decadência", são explorados pelas mineradoras e pelo Cimi — Conselho Indigenista Missionário.

Enquanto isso, em Porto Alegre, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil divulgava telex enviado ontem de Genebra, pelo secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, reverendo Emílio Castro, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em mais uma tentativa de interferir nos assuntos internos brasileiros. Defendendo a capacitação econômica e política dos índios, o Conselho "lamenta profundamente que o debate construtivo do Congresso Constituinte, para assegurar justiça a todos os setores da sociedade brasileira, seja perturbado pela publicação de matérias tendenciosas e distor-

cidas sobre as atividades das igrejas no Brasil, no matutino O Estado de S. Paulo".

CNBB acusada

De seu lado, o empresário de mineração Elton Rohnelt acusou o presidente da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil —, d. Luciano Mendes de Almeida, de ter pressionado o presidente José Sarney para que o Ministério das Minas e Energia suspendesse — o que acabou acontecendo — todas as concessões de alvará para pesquisa e lavra de minérios em áreas indígenas no Amazonas. A partir disso, segundo o empresário, nenhum alvará foi mais concedido em área a 100 quilômetros em torno de reservas indígenas, o que, em sua opinião, não só prejudica o desenvolvimento do setor mineral na região, mas também os próprios índios, "que querem usufruir dos lucros da mineração em suas terras". Rohnelt chegou a desafiar o Cimi a fazer uma pesquisa de opinião junto aos índios.

D. Luciano Mendes de Almeida, aliás, dará hoje, às 10 horas, em Brasília, uma entrevista coletiva para responder às denúncias divulgadas por O Estado de S. Paulo.